



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 8089

**Presidente da Mesa Diretora:** Athos Mameluke Mota

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Utilidade Pública

**Autoria:** Sebastião Ildeu Maia

**Data:** 09/11/2010

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 116/2010. Concede o título declaratório de utilidade pública municipal à “Associação de Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais de Pederneiras”. (Referente à Lei nº 4.283, de 02/12/2010).

**Controle Interno – Caixa:** 25.9

**Posição:** 16

**Número de folhas:** 05

---

Espécie: PL  
Categoria: Utilidade pública  
Ex: 25.9  
Ordem: 16  
nº fls: 44



89/2010  
30-11-2010

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 116/2010

AUTOR:

Ver. Sebastião Ildeu Maia

ASSUNTO:

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a Associação de Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais de Pederneiras..

Entrada em 09/11/2010  
Comissão Legislação e Justiça.

MOVIMENTO

- 1 - APROVADO EM 1ª EM. 01.11.2010.
- 2 - APROVADO EM 2ª EM. 23.11.2010
- 3 - APROVADO EM 3ª EM. 30.11.2010
- 4 - \_\_\_\_\_
- 5 - \_\_\_\_\_
- 6 - \_\_\_\_\_
- 7 - \_\_\_\_\_
- 8 - \_\_\_\_\_
- 9 - \_\_\_\_\_
- 10 - \_\_\_\_\_



# **Câmara Municipal de Montes Claros**

**GABINETE DO VEREADOR ILDEU MAIA**

PROJETO DE LEI Nº

**116**

/2010

## **“Concede Título Declaratório de Utilidade Pública”**

O povo do Município de Montes Claros, por seus representantes na Câmara Municipal de Montes Claros, em seu nome sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica considerada de Utilidade Pública Municipal a entidade civil legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob a denominação de **ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES E TRABALHADORES RURAIS DE PEDERNEIRAS**, inscrita no CNPJ sob o número 11.583.651/0001-78, com sede na localidade de Fazenda Pederneiras, Município de Montes Claros-MG.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros,  
09 de novembro de 2010.

**SEBASTIÃO ILDEU MAIA**

**- Vereador -**

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 09 DE NOVEMBRO DE 20 10  
[Assinatura]  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO POR  
EM 16 DE NOVEMBRO DE 20 10  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO POR  
EM 23 DE NOVEMBRO DE 20 10  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM 3ª DISCUSSÃO POR  
EM 30 DE NOVEMBRO DE 20 10  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 116/2010 QUE “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública ” de autoria do Vereador Sebastião Ildeu Maia.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 10 de novembro de 2010.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo



**Câmara Municipal de Montes Claros - MG**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 116/2010**

**AUTOR: Ver. Sebastião Ildeu Maia**

**MATÉRIA: "Concede Título Declaratório de Utilidade Pública "**

**I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 09/11/2010, com entrada na Sala das Comissões no dia 11/11/2010.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

O presente projeto tem como objetivo declarar de utilidade pública municipal a **Associação de Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais de Pederneiras**, localizada na Fazenda Pederneiras no Município de Montes Claros.

Examinando a legalidade e constitucionalidade do referido projeto, esta Comissão verifica que o mesmo não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e/ou constitucionais, tendo em vista que foram juntados os documentos previstos em lei para a concessão do referido título.

**III – CONCLUSÃO**

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende à forma técnica de Redação.

Sala das Comissões, 16 de novembro de 2010

Presidente: Ver. Alfredo Ramos Neto: \_\_\_\_\_

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus: \_\_\_\_\_

Suplente: Ver. Antonio Silveira de Sá: \_\_\_\_\_